



Ofício nº 010/2019/SINTECT-AL

Maceió, 22 de agosto de 2019.

A Sua Excelência a Senhora Deputado Federal  
**Tereza Nelma**  
Câmara dos Deputados  
Palácio do Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, 70160-900

**Assunto:** Processo de Privatização dos Correios

Senhora Deputada,

O Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos em Alagoas – SINTECT-AL, vem informar que recentemente o governo federal autorizou estudos para a privatização dos Correios. Entretanto, diante dos argumentos equivocados para justificar a ação privatista das estatais federais, esclarecemos a Vossa Excelência que os Correios não detêm (efetivamente) monopólio de mercado, pois disputa o mercado postal com diversas empresas do ramo, a exemplo da FEDEX, DHL, JADLOG, UPS, AZUL CARGO EXPRESS, entre outras.

Outrossim, é importante destacar que os Correios não são a estatal mais corrupta e que, para combater este tipo de ilicitude, a empresa adotou um sistema de governança para coibir a corrupção e que atualmente a ECT está entre as estatais com maior transparência e resultados em suas relações de atividades.

Quanto a sua viabilidade econômica, os Correios são superavitários apesar de sofrer constante descapitalização devido ao repasse de bilhões de reais à União para gerar superávit primário. Mesmo assim, a estatal é autossuficiente e não precisa dos recursos públicos para continuar existindo e servindo ao povo brasileiro. Dentre tantas outras questões inerentes ao tema, uma de nossas necessidades é a valorização profissional e a revitalização da empresa para que continue prestando um serviço público e de qualidade à população.



Diante da lógica capitalista, que visa unicamente a rentabilidade, está mais que evidente que as empresas privadas jamais prestarão serviços postais universais nos 5.570 municípios brasileiros, pois só irão operar em regiões com grandes possibilidades de lucro excluindo milhares de municípios do acesso aos serviços bancários, de distribuição de cartas e encomendas.

Os Correios têm um papel social imprescindível em todos os municípios, a exemplo do transporte e a entrega de vacinas, livros didáticos, serviços bancários, acesso a comunicação, urnas eletrônicas, documentos, entre outros serviços de relevante importância para a sociedade. O serviço postal integra o país e possui mais de 350 anos de existência. Com a privatização, o governo federal usurpará uma atribuição constitucional dos Correios prevista pela Carta Magna, em seu artigo 21, inciso X, quando diz que “**competete a União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional**”. De modo que, independentemente de os Correios serem rentáveis ou não, é competência da União manter os serviços postais enquanto garantia fundamental do Povo Brasileiro.

Portanto, diante do acima exposto, os trabalhadores dos Correios pedem à Vossa Excelência apoio incondicional para a manutenção de um Correios públicos e de qualidade contando com vosso voto para dizer um grande **NÃO** à privatização desta estatal na Câmara dos Deputados Federais.

Respeitosamente,

Alysson de Oliveira Valêncio Guerreiro  
Presidente